



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

21 de julho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	01 / 07 / 2017	Página	6
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Campanha contra as drogas é lançada em Alto Parnaíba



Autoridades durante o lançamento da campanha contra as drogas em Alto Parnaíba

Na manhã de quarta-feira, 19, foi lançada no município de Alto Parnaíba, a campanha "Maranhão contra as Drogas". O evento, realizado no ginásio de esportes da cidade, contou com a participação de autoridades, gestores, estudantes e representantes da sociedade civil. Além de palestras e depoimentos sobre o tema, a programação foi marcada por apresentações culturais. Uma caminhada pelas principais ruas da cidade anunciou a campanha no dia anterior.

Do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes o procurador-geral de justiça, Luiz

Gonzaga Martins Coelho, e o promotor de justiça titular da comarca, Tiago Quintanilha Nogueira.

Também compareceram o juiz Júlio César Prazeres (representando o Tribunal de Justiça); a juíza titular da comarca, Nuza Maria Oliveira Lima; o secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela; o prefeito Rubens Sussumu Ogasawara, entre outras autoridades.

Na ocasião, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, ressaltou a importância da prevenção como medida básica de combate ao consumo

de drogas e de que os jovens devem ser conscientizados permanentemente dos males e perigos do uso de drogas.

"Atualmente, estamos vendo os índices de violência aumentarem, incluindo a morte de crianças e jovens nas cidades do país, como consequência do tráfico e do uso de entorpecentes. Portanto, as drogas levam a três caminhos: cadeia, internação e cemitério", alertou o chefe do MPMA.

O promotor de justiça Tiago Quintanilha iniciou o seu discurso lembrando de John Lennon, que um dia afirmou: "As drogas me deram asas para voar, depois me

tiraram o céu". O representante do MPMA afirmou que as sensações que as drogas prometem são falsas e trazem consequências muito danosas. "Quando alguém que entra nesse mundo e tem a sorte de não perder a vida, costuma ter a alma aleijada. E para uma alma aleijada, não há prótese. Portanto, é imprescindível a conscientização dos jovens sobre os malefícios das drogas", alertou. Tiago Quintanilha também destacou que o combate às drogas deve envolver toda a sociedade e deve se dar de forma preventiva, por meio da educação e informação, exatamente como objetiva a campanha. "É para isso que iremos lutar, por esta união da sociedade em favor de nossa juventude. Vamos abraçar esta causa e vestir esta camisa, cujo slogan é "Alto Parnaíba na Prevenção às Drogas", concluiu.

CAMPANHA

A campanha Maranhão contra as Drogas é promovida pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal, com apoio do governo do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão e Polícia Federal.

Por meio da ação coordenada entre as instituições, o grupo objetiva desenvolver políticas públicas sobre combate e prevenção às drogas no Maranhão, incentivando a criação de fóruns, conselhos, serviços de prevenção, tratamento e acolhimento dos usuários. O público-alvo da campanha são adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 07 / 2017	Página 6	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA solicita suspensão de licitação para fornecimento de merenda escolar

A Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita propôs, em 17 de julho, Ação Civil Pública, com pedido liminar, solicitando a imediata suspensão do Pregão Presencial nº 032/2017, cuja finalidade é a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para compor o cardápio da merenda escolar. Elaborou a manifestação ministerial o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr, que está respondendo pela comarca. O Ministério Público do Maranhão atestou que a referida

licitação não se encontra em consonância com a legislação, após receber denúncia formulada por uma empresa, cujo teor apontou que o edital do procedimento licitatório restringe a competitividade, limitando a participação de micro e pequenas empresas. De acordo com o documento, só podem competir as empresas do tipo que estejam sediadas em Santa Rita. O edital do certame foi lançado no dia 6 de julho. Conforme destacou o promotor de justiça, na ação, o critério de

localização geográfica do licitante só é admitido, excepcionalmente, quando tal requisito for indispensável à execução do contrato. "No caso em apreço não se observa qualquer dificuldade quanto à execução do contrato pelo fato de a empresa não ter sua sede em Santa Rita", afirmou Tiago Carvalho Rohrr. A representação da empresa questionou também os preços constantes no Termo de Referência, considerados inexequíveis. "Os agentes públicos não podem restringir o

caráter competitivo do processo licitatório. O ato convocatório da licitação deve admitir a participação de todos os interessados, devendo vencer aquele que tiver a proposta mais vantajosa", frisou.

PEDIDOS

Em caso de descumprimento da suspensão do pregão presencial, a Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita sugeriu o estabelecimento de multa diária no valor de R\$ 10 mil. O MPMA pediu, ainda, a anulação definitiva da licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () Debate () Extra	() Atos e Fatos () A tarde () Correio de Notícias () O quarto poder () Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia	
DATA 21 / 07 / 2017		Página 03	
		() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Defesa

O deputado estadual Wellington do Curso (PP) defendeu o apoio do Estado à família de quem cometeu suicídio, no Maranhão.

A defesa ocorreu durante uma reunião com a procuradora de Justiça Sandra Elouf.

- Há um crescente número de suicídios no estado, o que é preocupante e triste. Mas precisamos identificar as famílias, as causas, e articular ações. A vida é prioridade - disse.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Informe JP</i>	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	/ 07 / 2017	Página	03 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Nepotismo na região tocantina

O Ministério Público do Maranhão está investigando denúncias de nepotismo e de 'funcionários fantasmas' em Imperatriz, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Vila Nova dos Martírios. O problema é antigo e já era

combatido nos idos de 2006 pelo promotor Marcos Valentim Pinheiro Paixão, atualmente no Gaeco.

Hoje quem confronta o nepotismo na região é a promotora Nayma Abas (Patrimônio Público).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	21 / 07 / 2017	Página	03

Caso dos 64 hospitais construídos por Roseana provoca polêmica na justiça

Desembargador suspende audiência, mas juiz pretende realizar reinstrução

OSWALDO VIVIANI

Está marcada para hoje (21), na 7ª Vara Criminal (Fórum do Calhau), às 9h, a nova audiência de instrução do caso dos 64 hospitais construídos pela então governadora Roseana Sarney (PMDB) no interior do Maranhão, em 2009. De acordo com o Ministério Público, as obras foram superfaturadas e serviram para desviar quase R\$ 2 milhões para financiar a campanha eleitoral de Roseana e do secretário de Saúde Ricardo Murad (cunhado de ex-governadora), em 2010.

A nova audiência desta sexta, que foi marcada pelo juiz titular da 7ª Vara, Fernando Luiz Mendes Cruz, deve ocorrer – segundo apurou o Jornal Pequeno – mesmo após o desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ter cassado, na quarta (19), liminarmente, a decisão do magistrado Fernando Cruz. A audiência tem o objetivo de “reinstruir o feito”, com a juntada aos autos das respostas que faltam de dois réus e a “reinqüisição de todas as testemunhas”.

O juiz Fernando Cruz convocou audiência de hoje após mandar anular a anterior, feita em 30 de março pelo juiz auxiliar da capital, Clésio Coêlho Cunha, que omitiu no processo as defesas por escrito de dois réus (Jeferson Nepomuceno da Silva e Delci Aparecida Toledo Missiagia Nepomuceno da Silva – sócios da empresa JNS Canaã Paisagismo, sediada em SP), além de absolver sumariamente Roseana Sarney, mantendo no processo os outros 16 envolvidos no caso. “A decisão [de absolver Roseana] acabou tumultuando o processo”, escreveu o juiz Fernando Cruz ao mandar “reinstruir” o ‘caso dos 64 hospitais’.

MURAD RECORREU

O recurso para tentar impedir a nova audiência de instrução do caso nesta sexta foi formalizado no Tribunal de Justiça do Maranhão



Divulgação

Roseana e Ricardo Murad teriam sido beneficiados por obras superfaturadas e que serviram para desviar quase R\$ 2 milhões

pelo ex-secretário de Saúde Ricardo Murad. Segundo a defesa de Murad, toda a instrução processual já havia sido feita pelo juiz Clésio Coêlho Cunha, que assumira a 7ª Vara durante as férias do titular. Ao conceder, na quarta, a liminar que suspende a reinstrução, o desembargador Bayma Araujo considerou “teratológica” (absurda, contrária à lógica) a decisão do juiz Fernando Cruz de, “ao seu bel prazer”, reformar decisão “proferida por juízo de mesma

hierarquia”. Segundo Bayma, qualquer desobediência da ordem judicial implicará em procedimento a ser aberto na corregedoria.

ENTENDA

A ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) foi denunciada, no fim de abril de 2016, pelo promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa (28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da

Probidade Administrativa) por “inúmeras irregularidades” na construção, no ano de 2009, de 64 hospitais do programa “Saúde é Vida”, que custaram aos cofres públicos ao menos R\$ 151 milhões. Além da ex-governadora, seu cunhado e ex-secretário de Saúde Ricardo Murad e outras quinze pessoas foram denunciadas. Segundo a denúncia, a ex-governadora teria cometido os crimes de dispensa ilegal de licitação, fraude em licitações, peculato, falsidade ideológica e associação criminosa.

As fraudes foram cometidas, segundo o promotor Lindonjonson, graças a uma estrutura criminosa “com a finalidade de enriquecimento às custas das verbas da saúde pública, bem como financiamento de campanhas eleitorais, quais sejam, as campanhas da ex-governadora e do ex-secretário de Saúde Ricardo Murad em 2010”. Na denúncia, o promotor afirma que quase R\$ 2 milhões da Saúde abasteceram a campanha da ex-governadora e de seu partido.

Veja a relação dos envolvidos no caso dos 64 hospitais supostamente superfaturados construídos no governo Roseana Sarney:

1 ROSEANA SARNEY MURAD, ex-governadora do Maranhão

2 RICARDO JORGE MURAD, ex-secretário da Saúde

3 ROSANE CAMPOS DA SILVA MELO, ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria da Saúde

4 GARDÊNIA BALUZ COUTO, ex-presidente da CPL da Secretaria da Saúde

5 FERNANDO NEVES DA COSTA E SILVA, ex-secretário-adjunto de Administração e Finanças

6 ANTÔNIO GUALBERTO BARBOSA BELO, ex-gestor e ordenador de despesas

7 JOSÉ MÁRCIO SOARES LEITE, ex-secretário-adjunto da Saúde

8 SÉRGIO SENA DE CARVALHO, ex-gestor e ordenador de despesas

9 OSÓRIO GUTERRES DE ABREU, sócio da Guterres Construções e Comércio

10 OSVALDINO MARTINS DE PINHO, sócio da Lastro Engenharia Incorporações e Indústria

11 ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO, sócio da Geotec Construções e Projetos

12 JOSÉ ORLANDO SOARES LEITEFILHO, sócio da Construtora Soares Leite

13 MARCELINA SOFIA COSTA LEITE, sócia da Construtora Soares Leite

14 ANTÔNIO BARBOSA DE ALENCAR, sócio da Construtora Dimensão

15 MIRELLA PALÁCIO DE ALENCAR, sócia da Construtora Dimensão

16 JEFERSON NEPOMUCENO DA SILVA, sócio da JNS Canaã Construções e Paisagismo

17 DELCI APARECIDA TOLEDO MISSIAGIA NEPOMUCENO DA SILVA, sócia da JNS Canaã Construções e Paisagismo



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Informe JP	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 03		

Informe JP

CNMP manda arquivar reclamação contra promotor do 'Caso Sefaz'

A corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) mandou arquivar reclamação do Conselho Federal da OAB contra o promotor Paulo Roberto Barbosa Ramos, acusado de combinar com a juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite uma série de ações contra os integrantes da chamada "Máfia da Sefaz", acusada de desviar cerca de R\$ 1 bilhão dos cofres públicos durante o governo Roseana Sarney. Para a OAB, ao afirmar em entrevista coletiva que não iria antecipar as medidas cautelares antes do dia acordado para a manifestação da juíza, o promotor violou a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito. O CNMP, no entanto, entendeu que, ao sustentar que teria feito um acordo com a magistrada responsável pelo processo criminal, Paulo Roberto Ramos se referiu à data provável informada pela juíza em que decidiria sobre o recebimento ou não da acusação.

"Inexistem, na instrução realizada pela Corregedoria local, indícios mínimos sobre o membro reclamado e a magistrada estarem em 'conluio' para fins do recebimento da denúncia criminal. A conotação sobre a palavra 'acordo' nesse sentido lançada na inicial não se sustenta", diz o documento do Conselho.

A manifestação do CNMP também colocou por terra as acusações de que Paulo Roberto Ramos teria direcionado suas ações para atingir a ex-governadora, o que, conforme acusou a OAB, teria ocorrido durante entrevista coletiva do promotor, em 03 de novembro de 2016.

"Na entrevista coletiva, não houve abuso, tampouco excesso, por parte do membro reclamado [o promotor Paulo Ramos]. Este empregou termos sóbrios, não pessoalizou a entrevista e não revelou informações sigilosas. Aliás, a ausência de qualquer irregularidade na entrevista é inferida da própria inicial, que não aduziu nenhum fato concreto que evidenciasse abuso na conduta do membro reclamado", afirma a corregedoria do CNMP.

O arquivamento da ação foi determinado pelo corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Henrique Portela do Rego.

(BLOG DO RAIMUNDO GARRONE E REDAÇÃO DO JP)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 03	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Justiça determina quebra do sigilo fiscal do prefeito de Barra do Corda

Decisão do juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda, além de Eric Costa, também alcança o coordenador de Receitas do Município, Oílson de Araújo

O juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, titular da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda, determinou a quebra do sigilo fiscal do prefeito Eric Costa (PCdoB) e do coordenador de Receitas e Despesas da Prefeitura Municipal, Oílson de Araújo Lima, no bojo de duas Ações Cíveis Públicas por Atos de Improbidade Administrativa com pedido de liminar interpostas pelo Ministério Público do Maranhão.

A medida foi tomada em virtude de a Justiça não ter conseguido cumprir uma decisão anterior, do mesmo magistrado, pela indisponibilidade dos bens do comunista e do seu assessor.

"Considerando a frustração da indisponibilidade de bens, anteriormente decretada, e em vista das razões expostas pelo Ministério Público no requerimento de fls. 162/163, não há outro meio de se garantir a efetividade do provimento final", destacou o juiz no seu despacho.

Ao deferir o pedido do Ministério Público, Queiroga Filho apontou o que deve ser feito, agora, para garantir a efetividade da decisão judicial.

"Defiro a quebra do sigilo fiscal dos requeridos, a fim de que seja expedido ofício à Receita Federal, via sistema Infojud, bem como à Justiça Eleitoral, para que sejam encaminhados a este juízo, respectivamente, as declarações de



Eric Costa é alvo de determinação judicial de quebra de sigilo fiscal

rendimentos e de bens apresentada à Justiça Eleitoral no momento do registro de candidatura", decidiu.

Indisponibilidade

No mês de abril deste ano, o juiz Antônio de Queiroga Filho determinou a indisponibilidade dos bens do prefeito Eric Costa e de Oílson de Araújo Lima.

O magistrado também decretou a indisponibilidade dos bens da empresa A.J.F. Júnior Baista Vieira e de seu proprietário, Antonio José Fernando Júnior Batista Vieira.

Em uma das ações, o MP alega que, em fevereiro de 2013, após convênio celebrado entre a Prefeitura de Barra do Corda e a Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão para angariar recursos públicos no valor de R\$ 412 mil para as festividades do Carnaval 2013 no município, o prefeito contratou a empresa "Vieira e Bezerra Ltda" para a realização de shows no período de 2 a 12 de fevereiro.

Segundo o MP, "a contratação foi feita mediante o processo de inexigibilidade de licitação n 00.023/2013, de forma irregular,

SAIBA MAIS

Juiz apontou gravidade

Na ocasião da decisão de indisponibilidade de bens do prefeito Eric Costa, o juiz Antônio de Queiroga Filho ressaltou a gravidade das acusações que pesam contra o réu. Para o magistrado, a ausência de farta documentação necessária ao processo licitatório leva à conclusão de que várias etapas foram simplesmente ignoradas. Na visão do juiz, o intuito foi o de "escamotear a própria finalidade da competição".

tendo em vista a ausência da documentação necessária para a realização do contrato".

Na outra ação, o MP também apontou ilegalidade na contratação da mesma empresa "para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estrutura de palco, sonorização, iluminação, grador, banheiro ecológico, camarotes, arquibancada e equipe de segurança para a realização do Carnaval 2013".

Foi o que motivou a decisão do juiz da 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>21</i> 07 / 2017	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Na Justiça

O prefeito da cidade de Barra do Corda, Eric Costa (PCdoB), foi alvo de uma decisão judicial de quebra de sigilo fiscal.

A decisão é do juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, titular da 1ª vara da comarca de Barra do Corda.

A medida foi tomada após a Justiça não ter conseguido cumprir uma decisão anterior, do mesmo magistrado, pela indisponibilidade dos bens do comunista.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	21 / 07 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

OPERAÇÃO.....



PF desmonta quadrilha que invadia contas bancárias no MA

A Polícia Federal deflagrou, na manhã de ontem, a Operação Stalker para desarticular uma organização criminosa composta por hackers especializados em fraudar contas bancárias da Caixa Econômica Federal pela internet. O grupo invadia as contas dos clientes e desviava os valores para contas em nome de laranjas para posteriormente sacar e lavar o dinheiro.

Estão sendo cumpridos oito mandados de busca e apreensão, cinco mandados de prisão temporária e cinco mandados de condução coercitiva expedidos pela 4ª Vara Federal de Belém, especializada em lavagem de dinheiro. Os mandados são nas cidades de Parauapebas/PA e

São Luís/MA. Foram apreendidos computadores, mídias, celulares e bens, incluindo um automóvel de luxo.

A operação contou com 50 policiais federais e foi desenvolvida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da Superintendência Regional do Pará. A cidade de Parauapebas/PA possui um histórico de ocorrência de fraudes bancárias que são investigadas pela PF.

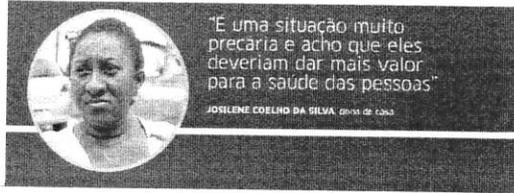
O termo Stalker significa "perseguidor", muito utilizado no mundo virtual quando alguém fica acompanhando todas as ações de determinada pessoa na internet, o que se assemelha ao trabalho desenvolvido pelos policiais federais em cima dos hackers.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	21 / 07 / 2017	Página	01
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Descaso: Unidade Mista do São Bernardo está abandonada

Pacientes reclamam da falta de serviços na unidade, que atende pessoas não apenas do bairro, mas de outras localidades; para conseguir atendimento, muitos têm de passar a noite em uma fila

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, diz o artigo 19 da Constituição Federal. Porém, nem todas as pessoas têm acesso a tratamentos de saúde adequados e o poder público, por sua vez, não toma as devidas providências para resolver o problema. A situação pode ser vista no drama vivido por dezenas de pessoas que necessitam de serviços essenciais, como a Unidade Mista do bairro do São Bernardo, em São Luís. Passar a noite em uma fila no hospital para tentar agendar uma consulta é apenas um dos problemas enfrentados pelas pessoas que se dirigem ao local.

Esta semana, O Estado esteve na unidade e conversou com algumas pessoas. Cada uma delas contou as dificuldades enfrentadas para conseguir um atendimento, no mínimo, decente. Como se não bastasse a falta de médicos e medicamentos, a estrutura física do hospital deixa muito a desejar, interferindo diretamente na recuperação das pessoas que estão internadas.

Precariedade

De acordo com a Polícia Municipal de Identificação, localizada pela Prefeitura de São Luís por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa), a Unidade Mista do São Bernardo deveria dispor de 24 leitos, a capacidade de atendimento de até seis cirurgias e 40 leitos de urgência e emergência 24 horas. No entanto, esses serviços não estão sendo oferecidos ao local.

Sob o comando de Josilene Coelho da Silva, chefe da unidade e primeira vice-presidente do atendimento que desistiu, Mavek, relatou que muitas vezes há problemas de atendimento médico na unidade e não obtiver resultados apenas os tratamentos.

“Às vezes tem que dormir aqui porque não tem vaga. Outras vezes não tem médico. É uma situação muito precária e acho que eles deveriam dar mais valor para a saúde das pessoas”, disse a filha de João, que reclamou ainda da falta de estrutura do local para receber os pacientes.

Já Rosângela de Santos, não teve a mesma sorte. Há mais de uma década de habitante do bairro, ela afirmou que chegou à unidade apenas para conseguir uma consulta oftalmológica para a mãe, mas não conseguiu uma vez que o local funciona como unidade de Pronto Atendimento de Consultas e Exames (PAC), atendendo a população do bairro e não apenas moradores do bairro.

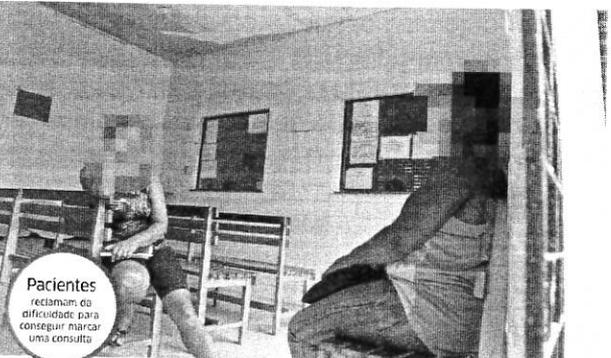
O médico foi o sistema, que ficou fora do ar, problema que aconteceu com bastante frequência, segundo relatou por ela.

Diante, contudo, ainda que a unidade não tenha a estrutura adequada para atender a população, ela não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso, uma vez que a unidade não possui serviços para esse tipo de atendimento.

Por isso, a família decidiu procurar a área de saúde (Secretaria de Saúde) municipal de São Luís para tentar obter um exame de diagnóstico, mas também não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso.



Unidade Mista não recebe manutenção e tem aspecto de abandono



Pacientes reclamam da dificuldade para conseguir marcar uma consulta

estruturas para exames de diagnóstico, mas também não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso.

A precária situação também pode ser vista no fato de que a unidade não possui serviços para esse tipo de atendimento. Por isso, a família decidiu procurar a área de saúde (Secretaria de Saúde) municipal de São Luís para tentar obter um exame de diagnóstico, mas também não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso.

Em 2014, a Justiça determinou que a Prefeitura de São Luís recuperasse e fizesse a manutenção das áreas da unidade de São Bernardo, mas também do Hospital de Emergência e Urgências (HEU) e do Pronto Atendimento de Consultas e Exames (PAC) do bairro. No entanto, a Prefeitura não tomou as devidas providências para a recuperação das unidades de saúde.

“Na vez que eu vim, eu dormi na fila e mesmo assim não consegui marcar a consulta, porque as senhas acabaram quando chegou a minha vez”

GRACIEMIRE DA LUZ, filha de João

“Às vezes tem que dormir aqui para conseguir alguma vaga. Outras vezes não tem médico. É uma situação muito precária e acho que eles deveriam dar mais valor para a saúde das pessoas”

JOSILENE COELHO DA SILVA, filha de João

estruturas para realização dos exames podem causar sérias consequências à saúde pública, uma vez que as unidades médicas continuam com uma situação precária.

Atualmente, os problemas na estrutura física da unidade do São Bernardo são variadas. No local, existem catetens e banheiros quebrados. Não há a presença adequada de iluminação e ventilação nos leitos e outras dependências da unidade.

Devido à falta de unidade, o paciente sofre com qualquer tipo de contaminação por parte da unidade. Ainda nesse local, faltar de animais e restos de alimentos há um potencial de danos à saúde dos pacientes e ao ambiente. É muito difícil conseguir exames de diagnóstico em outros hospitais para a região, obrigando muitos pacientes a

Pacientes sofrem com a falta de condições do local

Paciente disse que já teve de passar a noite na fila

uma condição de saúde que está em recuperação no local.

Por isso, a família decidiu procurar a área de saúde (Secretaria de Saúde) municipal de São Luís para tentar obter um exame de diagnóstico, mas também não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso.

No entanto, a Prefeitura não tomou as devidas providências para a recuperação das unidades de saúde.

Por isso, a família decidiu procurar a área de saúde (Secretaria de Saúde) municipal de São Luís para tentar obter um exame de diagnóstico, mas também não conseguiu obter atendimento por meio do próprio caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	24 / 07 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Abandono

Tomado por buracos, lixo nas vias públicas e ausência de políticas públicas, o município de Paço do Lumiar definha.

O prefeito Domingos Dutra não conseguiu até o momento implantar nenhum projeto ou programa de impacto no município.

Sem serviços de infraestrutura, manutenção de escolas e prédios públicos, e com uma saúde deficiente, Paço do Lumiar sofre com a atual administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	24 / 07 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Trecho liberado tem esgoto jorrando na Praia de São Marcos

No local, existe placa informando às pessoas que o trecho está próprio para o banho; contudo, bem abaixo, há um esgoto despejando esgoto em direção ao mar

Há um trecho na Praia de São Marcos no qual uma placa orienta os banhistas informando que o espaço está próprio para o banho. Porém, bem abaixo da placa existe uma tubulação de esgoto que constantemente joga água poluída para dentro do mar.

O flagrante da situação foi feito na manhã de ontem por O Estado. O ponto é um dos trechos monitorados periodicamente pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema), que avalia as condições de balneabilidade e as informa para os banhistas, dizendo se o ponto está apto ou não para o banho.

Poluição

Porém, mais uma vez o Governo do Estado vem informando de forma errada as condições de balneabilidade das praias. Logo no primeiro ponto da Praia de São Marcos que está sendo monitorado, existe uma placa informando que o trecho está permitido para o banho, mas a água poluída que sai de dentro de uma boca de esgoto mostra que esta informação não é verdadeira.

A água poluída escorre pela areia, causando transtornos para aqueles que estão fazendo caminhadas. Deve-se ressaltar que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) também sugere que a areia da praia passe por verificações, e não apenas a água do mar, quando o assunto é lançamento de esgoto na areia.

Por fim, a água poluída, após passar pela areia e contaminá-la, alcança o mar, onde as pessoas ba-



Esgoto jorra na areia da Praia de São Marcos, sob a placa que aponta área como própria para banho

SAIBA MAIS

As amostras de água são colhidas regularmente em situação de maré baixa e na isotermia de 1m. O monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Conama) nº 274/00, segundo a qual as águas das praias serão consideradas prioritárias, quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores e colhidas no mesmo local, houver no máximo 100 Enterococos/100 mL (NMP - Número Mais Provável). As águas das praias serão consideradas impróprias, quando não atenderem aos critérios anteriores, ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 400 Enterococos/100 mL (NMP). A Sema passou a divulgar os laudos com as

condições de balneabilidade das praias após Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão obrigando a secretaria a divulgar as condições de balneabilidade das praias de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, incluindo a fixação de placas em trechos impróprios para banho. Em 2012, as praias da Região Metropolitana de São Luís passaram quase 200 dias interditadas pela Sema após a divulgação de um laudo, no dia 25 de março daquele ano, segundo o qual toda a orla estava imprópria para banho. A liberação ocorreu dia 11 de outubro, após a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) executar obras de melhoria do sistema de esgotamento sanitário de São Luís.

nhant e se divertem. Dessa forma, o trecho foi impossibilitado para o banho, oferecendo riscos à saúde das pessoas que estão na água.

Situação semelhante - quando o governo informava de forma errada as condições de balneabilidade das praias da Região Metropolitana de São Luís - foi denunciada por O Estado na edição do dia 26 de junho.

Não ocasião, no trecho localizado em frente à praça de apoio aos banhistas, na Praia da Ponta d'Árcia, as águas estavam impróprias para o banho. Mas no local havia uma placa informando juntamente o

contrário. Um dia após a denúncia, técnicos da Sema estiveram no local e fizeram a alteração da placa.

Em nota, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) informou que na última coleta, realizada quarta-feira, 19, não foi constatado lançamento de esgoto na região em questão. De todo modo, equipes da Sema e de Caema seriam enviadas ao local para averiguar a denúncia.

A Sema frisou, ainda, que o laudo de balneabilidade é divulgado semanalmente, e o monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução nº 274/00 do Conama. ■

Foto: Dolores



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	21 / 07 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

STF suspende liminar de Nelma e restabelece atuação do TCE

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, suspendeu decisão da desembargadora Nelma Sarney, do TJMA, na parte em que obstou a atuação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) na fiscalização dos contratos firmados, com inexigibilidade de licitação, entre 104 municípios maranhenses e um escritório de advocacia.

Na decisão tomada na Suspensão de Segurança (SS) 5182, a ministra autoriza a continuidade da prestação dos serviços contratados, no entanto ressalva que o pagamento de honorários ao escritório fica condicionada à conclusão da análise da validade dos contratos.

De acordo com os autos, o escritório foi contratado pelas 104 prefeituras para acompanhar ações ajuizadas que buscam o ressarcimento aos municípios de diferenças decorrentes de repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) por parte da União.

Os contratos foram questionados junto ao TCE-MA pelo Ministério Público de Contas do Maranhão sob a alegação de "gravíssimas irregularidades nos procedimentos de inexigibilidade de licitação".

As representações do MP de Contas foram acompanhadas de Notas Técnicas da Controladoria-Geral da União apontando irregularidades nas contratações.

Assim, no âmbito dos processos administrativos instaurados, o TCE-MA deferiu cautelares para suspender a validade dos contratos.

O escritório de advocacia, então, impetrou mandado de segurança no TJMA contra os atos da corte de contas e a relatora do caso deferiu liminar para suspender as decisões proferidas pelo TCE-MA. A decisão também impediu qualquer ato restritivo que venha a ser praticado nos processos administrativos. Em seguida, o TCE-MA ajuizou a suspensão de segurança no Supremo questionando a decisão monocrática do TJMA, alegando, entre outros argumentos, que o ato traz grave ofensa à ordem

pública e ofende sua prerrogativa constitucional de realizar controle externo da Administração Pública.

DECISÃO

A ministra Cármen Lucia explicou que o tribunal de contas, no exercício do poder geral de cautela, pode determinar medidas, em caráter precário, que assegurem o resultado final dos processos administrativos sob sua responsabilidade. "Isso inclui, dadas as peculiaridades da espécie vertente, a possibilidade de sustação de alguns dos efeitos decorrentes de contratos potencialmente danosos ao interesse público e aos princípios dispostos no artigo 37 da Constituição da República", afirmou.

Para a presidente do STF, a decisão do TJMA, ainda que indiretamente, proibiu de forma genérica e abrangente a atuação típica do tribunal de contas local, órgão fiscalizador ao qual compete a análise da legalidade de contratos firmados pela administração pública. Para a ministra, a manutenção do ato atacado representa risco de grave lesão à ordem e à economia públicas, especialmente pela iminência do pagamento de honorários advocatícios devidos pela prestação dos serviços. Ela lembrou ainda o efeito multiplicador do caso sob análise em razão da possibilidade de outros municípios adotarem procedimento análogo para fins de execução de verbas do Fundef. Ao deferir parcialmente o pedido de suspensão de segurança, Carmen Lúcia assegura que o Tribunal de Contas maranhense deverá seguir no desempenho de suas atribuições constitucionais. Já o escritório deverá dar seguimento à prestação dos serviços contratados, se o contrato não tiver sido rescindido por iniciativa de qualquer das partes, contudo a remuneração pelos serviços prestados fica condicionada à solução da questão jurídica sobre a validade dos contratos. A decisão da presidente do STF valerá até o trânsito em julgado do mandado de segurança que tramita no TJ-MA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
(X) Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	(X) Outros	CADERNO 2
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 1	() Gerada	() Espontânea () Positiva () Negativa

Moradores da Vila Palmeira não aceitam que antigo Colun abrigue nova sede da Seap

Comunidade pede ao governo do Estado que prédio seja revitalizado e nele instalada uma UPA ou escola, como foi durante décadas

LUCIENE VIEIRA

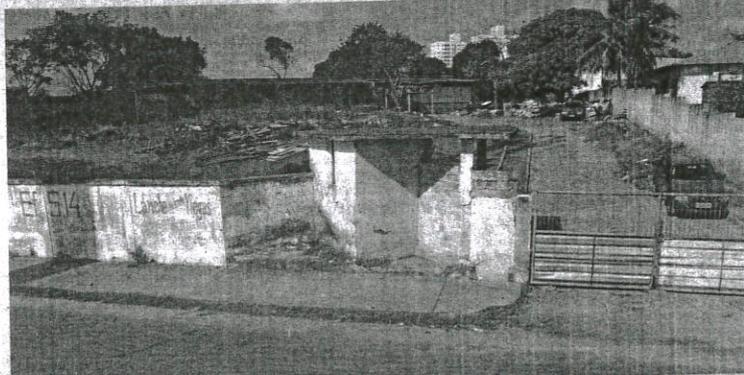
Na semana passada, o governo do Estado divulgou que deu início à revitalização do prédio onde funcionou o antigo Colégio Universitário (Colun), no bairro da Vila Palmeira, com uso de mão de obra carcerária, e que até o fim deste ano o imóvel irá abrigar a nova sede da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). Porém, a notícia não agradou aos moradores da comunidade, que mantinham a esperança de ainda ver o espaço degradado transformado novamente em uma unidade de ensino, como era antes, ou em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com a alegação de que essa forma o prédio teria mais utilidade para as pessoas do bairro. Com a informação de que o imóvel serviria para abrigar a pasta de Administração Penitenciária, a comunidade da Vila Palmeira procurou o *Jornal Pequeno* para externar o desejo de preferirem que uma UPA ou uma escola estadual fossem instaladas no antigo Colun. Foi destacado que, inclusive, já havia sido prometido que o lugar abrigaria uma unidade de ensino.

O agente de portaria Nataniel Cantanhede lugar abrigaria uma unidade de ensino. O agente de portaria Nataniel Cantanhede Rodrigues, conhecido como "Natan", representando os moradores da Vila Palmeira, afirmou que já procurou as autoridades públicas com a intenção de abrir um canal de diálogo a fim de que possa existir uma mudança quanto ao destino da estrutura do prédio. Também na semana passada, Nataniel disse que procurou a Seap, na Avenida João Pessoa, para falar com o secretário Murilo Andrade de Oliveira sobre as solicitações dos moradores. "Fui atendido pela recepcionista e, ainda na recepção mesmo, pediram que eu aguardasse, pois nesta semana me ligariam para tratar sobre o assunto. Estou aguardando", disse o agente de portaria.

Em março, o morador também teria ido à Secretaria Estadual de Educação (Seduc), quando solicitou a participação de um representante do órgão em uma reunião de moradores, denominada por Nataniel de "Fórum Comunitário", e que foi realizada no mesmo mês, na Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida, na Rua do Eucalipto, na Vila Palmeira, com o envolvimento de 45 pessoas que moram no bairro.

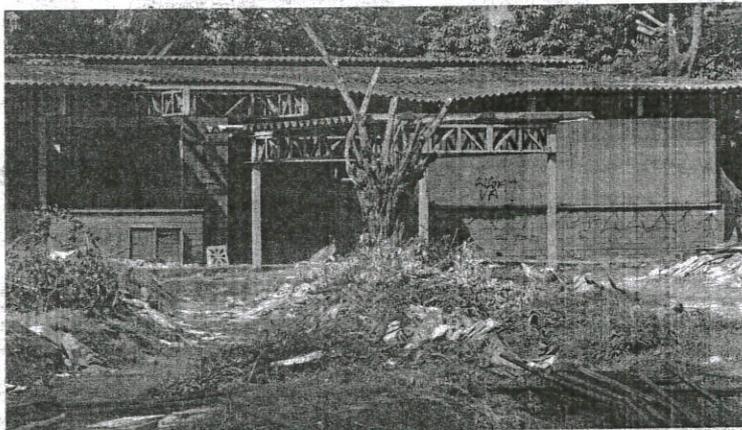
"O assunto no fórum foram as propostas de uma unidade de saúde ou uma escola no antigo prédio do Colun; queríamos ter oportunidade de conversar com os representantes do governo do Maranhão", informou Nataniel, ao citar que o "Fórum Comunitário 2" será realizado ainda este ano, possivelmente, no mesmo lugar, para levar adiante o assunto.

Outra moradora, dona Luzamira Braga, de 70 anos, e que há 40 anos em frente ao antigo prédio do Colun, disse que o bairro é carente em atendimento médico. "Aqui, precisa de uma UPA. A gente fica doente e morre antes de ser atendido, seria um sonho construir um hospital próximo à minha casa".



Fechado há quase uma década, o antigo prédio do Colun está passando por melhorias para abrigar a nova sede da Seap, o que desagrada os moradores da Vila Palmeira.

Fechado há quase uma década, o antigo prédio do Colun está passando por melhorias para abrigar a nova sede da Seap, o que desagrada os moradores da Vila Palmeira.



Após ser fechado em 2009, o imóvel onde funcionou o Colégio Universitário foi alvo de vândalos, além de servir como abrigo para usuários de drogas e esconderijo de criminosos.

PRÉDIO FECHADO DESDE 2009

O prédio estava fechado desde 2009, após vistoria da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação, realizada no dia 30 de novembro de 2008. Na ocasião, o Ministério Público do Maranhão foi representado pelo promotor de Justiça de Defesa da Educação, Paulo

Avêlar, e pela pedagoga Sônia Nogueira. Técnicos da Vigilância Sanitária também acompanharam a inspeção, que teve como objetivo averiguar as condições estruturais e sanitárias do Colégio Universitário. Sem condições de o estabelecimento continuar funcionando, o fechamento aconteceu um ano depois, e os alunos foram transferidos para o Campus da

Universidade Federal do Maranhão (Ufma), no Bacanga, onde o Colun funciona até hoje. Em agosto de 2009, o secretário de Educação na época, César Pires, acompanhado por uma comissão do Movimento Popular da Vila Palmeira, visitou o prédio onde funcionava o Colun. Na ocasião, César Pires confirmou aos moradores e pais de alunos a decisão

da então governadora Roseana Sarney de instalar uma escola, agora da rede estadual.

Em 2010, o ex-secretário de Estado de Educação, Anselmo Raposo, voltou a garantir a continuidade da reforma da escola e assegurou ainda que o espaço seria transformado em um Centro de Ensino Médio de tempo integral. A obra teria sido licitada em R\$ 4,5 milhões e seria iniciada no período de 30 a 90 dias. Acontece que, o Colun, que abrigava mais de 40 salas de aula, duas auditórios, laboratórios, biblioteca, duas quadras esportivas e praças temáticas, passou mais de uma década em estado de calamidade. Logo após o fechamento do Colégio Universitário, o prédio teria sido alvo da ação de vândalos; e, na época, era comum a presença de pessoas roubando portas, janelas, carteiras, louças dos banheiros, lâmpadas, materiais hidráulicos e elétricos.

Em 2010, o matagal já tomava conta da escola, facilitando a ação de desocupados, que, conforme o relato dos moradores e comerciantes, não só se escondiam como também usavam as dependências do Colun para encontros

dos moradores e comerciantes, não só se escondiam como também usavam as dependências do Colun para encontros amorosos e uso de entorpecentes. E até março deste, quando a reportagem do *Jornal Pequeno* esteve no local, o prédio continuava sem o serviço de capina, o mato havia crescido muito mais e tinha invadido toda a extensão do imóvel. Havia também muito lixo e entulhos.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) esclareceu que a mudança de plano quanto ao uso do prédio do antigo Colégio Universitário deve-se ao fato de que, no bairro Vila Palmeira, a educação pública estadual já está presente com três escolas: O Centro de Ensino Plo XII, o Colégio Militar Tiradentes e o Colégio Militar 2 de Julho, que atendem às demandas da comunidade. A Seduc ressaltou, ainda, que as duas últimas escolas citadas serão ampliadas pelo governo.

A Secretaria informou também que, além destas unidades escolares, nos bairros circunvizinhos à Vila Palmeira, ainda existem outros seis centros de ensino: Estado de Alagoas e o Centro de Educação Integral Margarida Pires Leal, que estão sendo reformados (Alemnanha); o C. E. Coelho Neto e C.E. Bacelar Portela, que estão sendo reformados (Ivar Saldanha); Sagarana II (Caratuiú) e Centro de Ensino Rio Grande do Norte (Racional). Juntas, estas nove escolas oferecem um total de 7.817 vagas no Ensino Médio.

Ainda na nota foi dito que, diante do exposto, o governo optou por reformar o prédio do antigo Colégio Universitário para instalar a sede administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). E que, além disso, "a presença da Seap no bairro reforça a segurança na comunidade".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 21 / 06 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

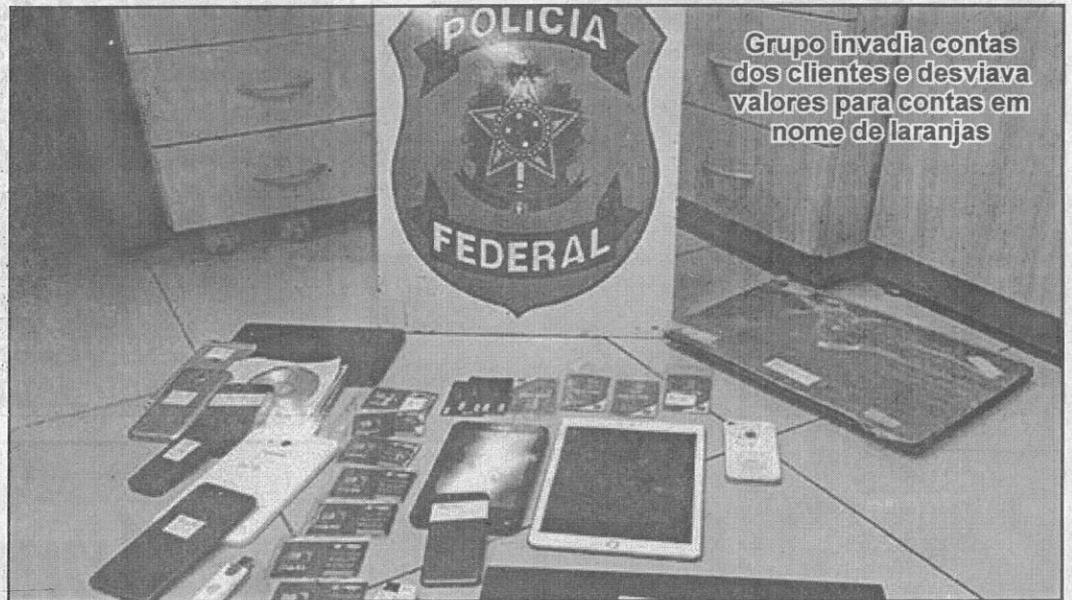
Polícia Federal realiza a Operação Stalker no PA e MA

A Polícia Federal (PF) realizou, na manhã de ontem (20), a Operação Stalker para desarticular uma organização criminosa composta por hackers especializados em fraudar contas bancárias da Caixa Econômica Federal pela internet.

Segundo a PF, o grupo invadia as contas dos clientes e desviava os valores para contas em nome de laranjas para, posteriormente, sacar e lavar o dinheiro.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, cinco mandados de prisão temporária e cinco mandados de condução coercitiva expedidos pela 1ª Vara Federal de Belém, especializada em lavagem de dinheiro.

Os mandados são nas cidades de Parauebas/PA e São Luís/MA. Sendo que, em São Luís foram cumpridos um mandado de Prisão Temporária e um Mandado de Busca e



Apreensão, tendo sido apreendidos bens de luxo.

Durante a operação, a Polícia Federal apreendeu computadores, mídias, celulares e bens, incluindo um automóvel de luxo.

A operação contou com 50 policiais federais e foi

desenvolvida pelo Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos da Superintendência Regional do Pará.

A cidade de Parauebas/PA possui um histórico de ocorrência de fraudes bancárias que são investigadas pela PF. O termo Stalker sig-

nifica "perseguidor", muito utilizado no mundo virtual quando alguém fica acompanhando todas as ações de determinada pessoa na internet, o que se assemelha ao trabalho desenvolvido pelos policiais federais em cima dos hackers.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 21 / 07 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Jovem 'desce' para Pedrinhas após tentar matar monitor da Funac

Um jovem, identificado como Antônio Daniel dos Santos Silva, 18 anos, foi encaminhado, nesta quinta-feira (20), do Centro de Juventude de Alto da Esperança para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Segundo a polícia, o jovem que é da cidade de Timon, estava cumprindo medida socioeducativa no Alto da Esperança, em São Luís, quando tentou matar um monitor.

Com a tentativa de homicídio, o jovem, que completou a maioridade recentemente, foi encaminhado para Pedrinhas.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia civil apreende 25 quilos de maconha e prende dois suspeitos por tráfico de drogas

O trabalho policial teve como base informações precisas que relatavam o momento exato do ato criminoso.



José Raimundo Nonato Ferreira Pereira, vulgo "Zé Bibi" (46) e José Catarino Pacheco (67)

A Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (SENARC), durante uma operação realizada na tarde da última quarta-feira (19), no Bairro da Ponta D'Areia, conseguiu prender José Raimundo Nonato Ferreira Pereira, vulgo "Zé Bibi" (46) e José Catarino Pacheco (67), suspeitos pelo crime de

tráfico de drogas, São Luís.

O trabalho policial teve como base informações precisas que relatavam o momento exato do ato criminoso. Na ação, que foi coordenada pelo delegado Luciano Bastos, a Polícia Civil conseguiu apreender cerca de 25 quilos de uma substância semelhante a maconha, que estavam sendo transportados em um taxi

nas proximidades da Lagoa da Jansen.

De imediato, foi realizado o trabalho de abordagem e vistoria no interior do veículo, de propriedade de José Catarino e posteriormente encontrado todo o entorpecente. Segundo o delegado Luciano Bastos, a droga seria distribuída nos Bairros do São Francisco, Ilhinha, Renas-

cença, além das proximidades da Lagoa da Jansen, local este onde funcionam vários bares noturnos.

Diante do fato, os dois homens receberam voz de prisão e posteriormente encaminhados à sede da SENARC, sendo autuados pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Tenente da Polícia Militar é baleado após reagir a assalto no bairro do Turu

NELSON MELO

Em uma tentativa de assalto registrada na noite de quarta-feira (19), no bairro do Turu, em São Luís, o tenente Gracyelthon Madeira Ferreira, da Polícia Militar do Maranhão, foi baleado um pouco abaixo das costelas. Segundo relatos obtidos pela reportagem do Jornal Pequeno junto ao Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), o policial trocou tiros com uma dupla de criminosos.

Como informou o Ciops e fontes do JP, o tenente, estava acompanhado de sua namorada e de uma amiga, e, no momento em que desciam do carro para lanchar no bairro, os assaltantes se aproximaram e anunciaram a ação criminosa. Os bandidos teriam pedido, de imediato, o cordão e o relógio dele; mas, no desenrolar dos fatos, ocorreu o confronto, sendo que as duas mulheres correram para se proteger dos tiros. Ao fim do tiroteio, o tenente foi atingido no abdômen. No confronto, o militar ainda teria

conseguido balear um dos bandidos, mas este fugiu com os demais em um veículo Prisma preto. Madeira foi levado à Unidade de Pronto Atendimento do Araçagi (UPA), e depois transferido para o Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1), onde passou um procedimento cirúrgico. Mas, ainda na madrugada de ontem, teve de ser encaminhado ao Hospital do Servidor, onde está internado na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), mas fora de perigo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 21 / 07 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia Civil reage a denúncias e garante que não investiga para fazer perseguições

Causou forte repercussão, na sociedade maranhense, a notícia publicada na edição desta quinta-feira (20) do Jornal Pequeno, dando conta de que o delegado Thiago Fillipini teria sido preso em virtude de uma “armação” supostamente orquestrada pelo delegado regional de Açailândia, Murilo Pedrosa Lapenda.

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Combate à Corrupção (SECCOR), divulgou nota ontem com esclarecimentos sobre o inquérito policial instaurado para apurar supostas condutas criminosas atribuídas a policiais civis, entre eles o delegado de Polícia Civil Thiago Gardon Filippini e a escrivã Silvyia Helena Alves, bem como outros investigadores de polícia que estariam envolvidos em crimes de corrupção, concussão e organização criminosa na cidade de Açailândia. Na nota, a Polícia Civil garante que em todas as investigações que conduz tem pautado sua atuação “com base nos princípios constitucionais da imparcialidade e publicidade, em respeito aos ditames legais e princípios institucionais da Polícia Civil e não utilizaria de investigações e denúncias como mecanismo de perseguição e assédio aos seus integrantes ou outros servidores públicos”.

A Superintendência de Combate à Corrupção ressalta ainda, na nota, que nesta investigação, o Ministério Público do Estado esteve lado a lado com a Polícia Civil, em exercício de seu poder de controle externo.

Eis a seguir a íntegra da nota à

imprensa divulgada pela SECCOR: “A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Combate à Corrupção (SECCOR), vem a público se manifestar sobre a reportagem veiculada na edição impressa do Jornal Pequeno do dia 20 de julho de 2017, sob o título “Políticos podem estar envolvidos em suposta “armação” contra delegado”, nos seguintes termos:

A investigação que apurou o envolvimento de uma equipe de policiais civis da cidade de Açailândia começou em atendimento à Requisição nº 022/2016 – 5ª PJAç., da 5ª Promotoria de Justiça de Açailândia/MA, datada de 11 de novembro de 2016, para a instauração de inquérito policial a fim de apurar supostas condutas criminosas atribuídas a policiais civis inclusive o delegado de Polícia Civil Thiago Gardon Filippini e a escrivã Silvyia Helena Alves, bem como outros investigadores de polícia que estariam envolvidos em crimes de corrupção, concussão e organização criminosa, naquela cidade, tendo o órgão Ministerial encaminhado inicialmente depoimentos de algumas vítimas, vídeos e outra documentação que fundamentavam a requisição e serviram de base para a deflagração da investigação.

Uma equipe de delegados da SECCOR esteve à frente da investigação, tendo ao final concluído pelo indiciamento e prisão dos policiais civis Thiago Gardon Filippini, Silvyia Helena Alves, Glauber Santos da Costa, além do advogado Eric Nascimento Carosi e do carcereiro Mauri

Celio da Costa Silva, pelos crimes dos artigos 312 (peculato), 316 (concussão), 317 (corrupção passiva), todos do CPB e artigo 2º da Lei 12850/13 (organização criminosa).

O inquérito baseou-se além das provas encaminhadas inicialmente pelo Ministério Público em Açailândia/MA, em provas produzidas no decorrer das investigações, entre as quais o depoimento de mais de vinte testemunhas, incluindo vítimas dos crimes cometidos pelos investigados, prova documental, vídeos, interceptação telefônica e quebra de sigilo.

Todas as conclusões foram encaminhadas ao Ministério Público do Estado que já apresentou denúncia contra os investigados. Ainda no decorrer do inquérito presidido pela SECCOR, o investigado Mauri Celio da Costa Silva, preso por determinação judicial, mudou o teor das denúncias outrora apresentadas contra os investigados e apresentou denúncias contra o Delegado Regional Murilo Lapenda.

Não obstante, o Sr. Mauri Celio da Costa Silva ter anteriormente prestado declarações ao Ministério Público e confirmado o teor destas declarações em posterior depoimento aos delegados da SECCOR, em sentido diverso de sua última oitiva, quando então resolveu imputar fatos criminosos ao DPC Murilo Lapenda, sendo tal documentação encaminhada ao superintendente da SECCOR, que determinou a instauração de investigação para apurar as novas denúncias, sendo estas

encaminhadas ao Poder Judiciário pela SECCOR conforme consta nos autos do inquérito respectivo. No que se refere à mudança de depoimento contra os investigados, tal mudança não comprometeu o resultado das investigações, uma vez que a mesma não se baseou unicamente no depoimento do investigado Mauri Celio da Costa Silva, mas como já dito em outras provas, “entre as quais o depoimento de mais de vinte testemunhas, incluindo vítimas dos crimes cometidos pelos investigados, prova documental, vídeos, interceptação telefônica e quebra de sigilo”.

A Polícia Civil do Maranhão, em particular a SECCOR, em todas as investigações que conduz tem pautado sua atuação com base nos princípios constitucionais da imparcialidade e publicidade, em respeito aos ditames legais e princípios institucionais da Polícia Civil e não utilizaria de investigações e denúncias como mecanismo de perseguição e assédio aos seus integrantes ou outros servidores públicos, ressaltando que, na presente investigação, o Ministério Público do Estado do Maranhão esteve lado a lado com a Polícia Civil, em exercício de seu poder de controle externo.

Ressalta-se, por fim, que, após a prisão dos policiais civis, surgiram novas notícias de crimes envolvendo os indiciados, que seguem sob apuração da SECCOR juntamente com aquelas já veiculadas pelo carcereiro Mauri Celio da Costa Silva”.